

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.952 - MG
(2019/0159560-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ALUIZIO PEREIRA TAVARES
ADVOGADO : JOSE LUIZ COSTA CASTILHO - MG157727
EMBARGADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS
NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA
ADVOGADOS : IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S) - MG069461
ELISA NARA OLIVEIRA SILVA - MG171366

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por ALUIZIO PEREIRA TAVARES, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 291-297, e-STJ), que conheceu do agravo e, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, deu parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão recorrido e a sentença para acolher em parte os embargos à execução, reconhecendo a necessidade de apresentação dos originais do título exequendo nos termos do entendimento desta Corte, e determinar o retorno dos autos à origem para que seja oportunizada à parte exequente a juntada dos originais da cédula de crédito bancário objeto da execução, sob pena de extinção.

Daí os presentes embargos de declaração (fls. 299-301, e-STJ), no qual o insurgente sustenta, em síntese, omissão no julgamento do *decisum* quanto à fixação dos honorários recursais.

Foi apresentada impugnação (fls. 304-306, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Os aclaratórios não merecem acolhimento.

1. Em relação pedido formulado pela embargante de honorários sucumbenciais, a Corte Especial do STJ pacificou entendimento sobre o art. 85, § 11, do CPC/2015, no sentido de que serão cabíveis honorários recursais "*quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso*" (**AgInt nos EAREsp 762.075/MT**, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 07/03/2019).

No caso, o recurso foi parcialmente provido, bem como determinado o retorno dos autos à instância ordinária para continuidade do julgamento, motivo pelo qual não são cabíveis honorários recursais.

2. Do exposto, **rejeita-se os embargos de declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI, Relator